

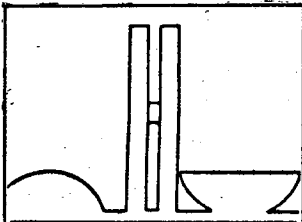
A "eminência parda"

ECON - BRASIL - 5 JAN 1987

JORNAL DO BRASIL

Rogério Coelho Neto

A economia brasileira está passando, de mansinho, sem que muita gente perceba, pelo escritório do ex-ministro da Fazenda de Ernesto Geisel e ex-ministro do Planejamento de João Figueiredo, Mário Henrique Simonsen. A história é simples: o genro do presidente José Sarney, Jorge Murad, que vem funcionando desde o fracasso do Cruzado II como uma espécie de grão-vizir da área econômica do governo do sogro, costuma consultar, em momentos de dúvida, um antigo companheiro de diretoria da Caixa Econômica Federal, Miguel Etel.



Coisas da política

Miguel Etel, um aplicado aluno de Simonsen, procura invariavelmente o professor, antes de levar sua opinião a Murad. Assim, de tabela, o ex-ministro de Geisel e Figueiredo, derrubado por um golpe de mão que o hoje deputado constituinte Delfim Netto lhe aplicou, volta a influir nas decisões econômicas do país — área, por sinal, bastante precisada de fortes e impenetráveis trancas.

Essa descoberta de que, por trás das decisões econômicas conhecidas, depois do Cruzado II, pode se esconder uma importante **eminência parda**, deixa clara a situação de dificuldades que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, passou a viver. Abandonado, ao que se sabe, pelo próprio governador de São Paulo, Franco Montoro, que avalizou sua ida para o ministério quando Francisco Dornelles, deputado constituinte eleito pelo PFL fluminense, caiu em desgraça no governo, Funaro está na situação de um pintor que vê a escada fugir dos seus pés e fica no alto suspenso apenas pelos tênues fios de um pincel castigado pelo uso constante.

Ao apelar para o genro, que já o vinha auxiliando em funções menores, Sarney também revela uma situação de desespero. O presidente sente com a proximidade da instalação da Assembléia Nacional Constituinte o recrudescimento das pressões das lideranças maiores do PMDB que desejam encurtar o seu mandato. O grande drama do presidente se resume, em linhas gerais, na tomada de medidas certas e capazes de devolver a um estado de luan-de-mel permanente as relações do seu governo com a classe média. Acha que, se conseguir essa façanha, a curto prazo, poderá influir junto aos constituintes para que eles, na hora de fixarem o seu mandato, cheguem, pelo menos, a um meio-termo: nem quatro anos (com ou sem reeleição) nem os seis anos previstos na atual Constituição. Mas os cinco anos que iam virando tradição, a partir da Carta de 1946, e que acabaram revogados, como a própria eleição,

pelo autoritarismo que sentou praça em território brasileiro no ano da graça de 1964 e resistiu, afrontando princípios e maculando os postulados democráticos — maior conquista do povo —, até o início de 1985.

Mas voltando à situação econômica, que tem muito de político-partidária, o Palácio do Planalto dá a impressão de que só aguarda o final da discussão sobre as melhores fórmulas de pagamento dos serviços da dívida externa para promover a reforma dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. A saída dos ministros Dilson Funaro e João Sayad se dará, ao que tudo indica, no bojo de alterações gerais no primeiro escalão do governo. Uma medida em si que visaria a preservar um pouco a velha amizade que une Sarney e Funaro.

Em conversas mantidas no final do ano com líderes do PMDB de São Paulo, o presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, revelou que o ministro do Planejamento, João Sayad, já pode se considerar carta fora do baralho do presidente da República. Se dependesse, realmente, do genro de Sarney, Sayad já estaria longe do governo. Pelas informações colhidas em diferentes escalões do poder, em Brasília, a grande dúvida do presidente é como promover, de uma só mão, como é do seu desejo, uma redistribuição do poder político, a nível de decisões econômicas, entre os estados mais fortes da federação. Se essa iniciativa for realmente consumada, São Paulo deixará de ser o deus todo-poderoso da economia, passando a dividir atribuições com Minas, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco.

Decisão à vista

O presidente José Sarney poderá nomear o empresário fluminense Márcio Fortes, até o dia 10, para a presidência do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A informação foi liberada no final da noite de sexta-feira. O presidente, segundo o informante, não gostaria de promover a mudança no principal banco de fomento do país depois da reunião que o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, promoverá com os 22 governadores eleitos pelo partido, dia 14, em Brasília.

Esta é a primeira vez que o BNDES ganha um presidente com raízes no Estado do Rio. Durante um grande período da Revolução de 31 de Março de 1964, o banco, que ainda não tinha o s de social acrescentado à sua sigla, foi dirigido preferencialmente por técnicos da Bahia. Com a Nova República, primeiro com Dilson Funaro e ultimamente com a longa interinidade de André Franco Montoro (filho do governador Franco Montoro), o BNDES foi entregue ao comando dos paulistas. A nomeação de Márcio Fortes é uma vitória política de significação do futuro governador fluminense, Wellington Moreira Franco. Fortes foi um dos coordenadores da campanha vitoriosa de Moreira. Sua atuação foi mais destacada junto ao empresariado.